

Sumário

| | |
|-------------------------|----|
| Prefácio | xv |
| Introdução | 1 |

UNIDADE I O VALOR DA SEGURANÇA JURÍDICA NO DIREITO TRIBUTÁRIO

| | |
|---|----|
| Capítulo 1 – A Segurança Jurídica do Contribuinte – Da Idade Média à Crise do Estado-Nação | 11 |
| Capítulo 2 – Globalização, Sociedade de Risco e Segurança | 31 |
| Capítulo 3 – A Segurança Jurídica do Contribuinte na Era da Ambivalência | 49 |

UNIDADE II A SEGURANÇA JURÍDICA COMO CERTEZA DO DIREITO NO PRINCÍPIO DA LEGALIDADE TRIBUTÁRIA

| | |
|---|-----|
| Capítulo 4 – Legalidade e Juridicidade | 63 |
| Capítulo 5 – Origens Históricas e Fundamento da Legalidade Tributária | 77 |
| Capítulo 6 – A Legalidade Tributária e A Lei em Sentido Formal | 87 |
| 6.1. Legalidade em Sentido Estrito e Reserva Absoluta de Lei | 87 |
| 6.2. A Lei e a Medida Provisória | 93 |
| 6.3. A Função da Constituição | 96 |
| 6.4. A Função da Lei Complementar | 100 |
| Capítulo 7 – O Conteúdo Material da Legalidade Tributária | 109 |
| Capítulo 8 – Determinação e Tipicidade Tributária | 117 |
| 8.1. Determinação e Abstração | 117 |
| 8.2. Os Conceitos de Direito | 123 |
| 8.2.1. Os Conceitos Abstratos | 124 |
| 8.2.2. Os Tipos | 127 |
| 8.3. A hipótese de incidência tributária e o tipo | 133 |
| Capítulo 9 – Os Conceitos Indeterminados e a Reserva Legal | 141 |
| 9.1. O Direito e a Imprecisão Conceitual | 141 |
| 9.2. Conceitos Indeterminados e Discricionariedade | 143 |
| 9.3. Reserva Legal Tributária e os Conceitos Indeterminados | 151 |
| 9.4. Os Limites da Atribuição Normativa ao Regulamento Tributário | 160 |

| | |
|---|-----|
| Capítulo 10 – A Discricionariedade Violadora da Legalidade em Nossa Legislação Tributária | 165 |
| 10.1. Fato Gerador e Base de Cálculo Definidos pelo Regulamento..... | 166 |
| 10.1.1. O Regulamento que Ultrapassa os Limites da Lei de Incidência . | 166 |
| 10.1.2. O Regulamento que Tributa sem Habilitação Legal | 167 |
| 10.1.3. Alterações da Base de Cálculo pelo Regulamento..... | 167 |
| 10.2. As alíquotas pelo Regulamento..... | 168 |
| 10.2.1. A Fixação de Alíquota pelo Regulamento | 168 |
| 10.2.2. As Alterações de Alíquota pelo Poder Executivo sem Previsão Constitucional | 169 |
| 10.2.3. Do Aumento de Alíquota em Virtude de Lei..... | 169 |
| 10.3. Da definição de Sujeito Passivo por Regulamento..... | 171 |
| 10.3.1. Da Definição do Contribuinte por Decreto..... | 171 |
| 10.3.2. Substituição Tributária por Decreto | 172 |
| 10.4. Dos Benefícios Fiscais pelo Regulamento | 173 |
| 10.4.1. Dos Benefícios Fiscais Concedidos pelo Regulamento..... | 173 |
| 10.4.2. Do Condicionamento Legal de Benefícios Fiscais ao Regula- mento | 174 |
| 10.4.3. Do Afastamento de Benefício Fiscal Legal com Base em Res- trição Prevista no Regulamento..... | 175 |
| 10.4.4. Redução de Benefício Fiscal pelo Regulamento | 176 |
| 10.4.5. Analogia para Excluir Benefício Fiscal | 177 |
| 10.5. Compensação Condicionada pelo Regulamento | 178 |
| 10.6. Autorização Casuística do Poder Executivo à Permissão Legal para Transferência de Crédito de ICMS..... | 179 |
| 10.7. Das Penalidades por Decreto | 181 |
| 10.7.1. Penalidade Fixada por Decreto | 181 |
| 10.7.2. Penalidade Graduada por Decreto | 181 |

UNIDADE III

O ASPECTO TEMPORAL DA SEGURANÇA JURÍDICA E O PRINCÍPIO DA NÃO-SURPRESA DO CONTRIBUINTE

| | |
|--|-----|
| Capítulo 11 – O Princípio da Irretroatividade Tributária | 185 |
| 11.1. A Retroatividade das Leis e a Retroatividade Tributária..... | 185 |
| 11.2. A Irretroatividade e o Fato Gerador Complexivo..... | 191 |
| 11.3. A Retroatividade no Direito Tributário | 194 |
| 11.3.1. As Leis Interpretativas | 194 |
| 11.3.1.1. A Interpretação Autêntica na LC nº 118/05 | 197 |
| 11.3.2. A Norma Tributária Sancionatória | 200 |
| 11.3.3. As Leis que Estabelecem Novos Critérios de Apuração e Fis- calização do Tributo | 202 |
| Capítulo 12 – O Princípio da Anterioridade Tributária | 205 |
| 12.1. Temporariedade, Anualidade e Anterioridade..... | 205 |

| | |
|---|-----|
| 12.2. A Evolução no Brasil: Da Anualidade a Anterioridade | 208 |
| 12.3. O Princípio da Anterioridade Tributária na Constituição de 1988 | 211 |
| 12.4. A Anterioridade Nonagesimal | 214 |
| 12.5. A Noventena Constitucional | 215 |
| 12.6. A Anterioridade e as Emendas Constitucionais | 218 |
| 12.7. A Revogação de Isenção e a Anterioridade | 223 |

UNIDADE IV

A DIMENSÃO SUBJETIVA DA SEGURANÇA JURÍDICA

| | |
|---|------------|
| Capítulo 13 – A Segurança Jurídica Subjetiva e o Princípio da Proteção da Confiança Legítima | 227 |
| 13.1. A Segurança Jurídica Subjetiva no Princípio da Proteção da Confiança Legítima..... | 227 |
| 13.2. Proteção da Confiança Legítima Quanto à Modificação dos Atos do Poder Executivo | 232 |
| 13.3. A Proteção da Confiança e a Declaração de Inconstitucionalidade da Lei..... | 235 |
| 13.4. A Proteção da Confiança e a Alteração da Jurisprudência | 239 |
| Capítulo 14 – A Proteção da Confiança Legítima no Direito Tributário | 241 |
| 14.1. A Proteção da Confiança e a Mudança na Interpretação Administrativa.. | 241 |
| 14.2. O Princípio da Confiança nos Atos Administrativos sem Fundamento Legal e na Valoração dos Fatos | 244 |
| 14.2.1. A Proteção da Confiança e os Benefícios Fiscais de ICMS sem Convênio..... | 247 |
| 14.3. A Proteção da Confiança e o Perdão das Penalidades Pecuniárias | 249 |
| 14.4. A Proteção da Confiança e a Revogação dos Benefícios Fiscais Condicionados e Por Prazo Certo..... | 251 |
| 14.5. A Proteção da Confiança e o Controle da Constitucionalidade da Lei Tributária | 252 |
| 14.6. Os Efeitos Prospectivos de Decisão sobre a Constitucionalidade de Lei Tributária..... | 257 |
| Conclusão | 261 |
| Referências Bibliográficas | 271 |
| Índice Onomástico | 293 |